

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### **Direito a partilha de bens em processos de término de união estável.**

#### **Autor(es)**

Flávia Rodrigues Cantagalli

Katherine Sallum Teixeira

Alexandre Fonseca Monteiro De Castor

Felipe De Almeida Campos

Ivone Alves De Sousa Santos

Nicoly Rodrigues Moreira

#### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

#### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

#### **Introdução**

Trata o presente artigo do direito à partilha de bens quando do término da união estável. O Direito das Famílias é um ramo do direito que trata sobre relações familiares, sendo resguardado pelo Código Civil. O artigo 1.723 do CC, prevê a união estável, que é a convivência entre duas pessoas, que apesar de não formalizada por meio de um casamento civil ou religioso, possui reconhecimento legal. Após a união estável chegar ao fim, seja por decisão mútua ou por outros motivos, surge a necessidade de realizar a partilha dos bens adquiridos durante o período de convivência. Além disso, o direito da partilha de bens em casos de término de união estável visa proporcionar segurança jurídica ao envolvidos, estabelecendo procedimentos claros e transparentes para a divisão dos bens. Isso ajuda evitar conflitos e promove uma solução justa e pacífica para a questão patrimonial.

#### **Objetivo**

Apresentar a importância da discussão sobre o tema em questão e garantir uma divisão justa e equitativa dos recursos materiais adquiridos durante o período de convivência entre os parceiros. Isso é necessário porque durante a união estável, os conviventes não realizam contrato de convivência estabelecendo regime de bens, o que dificulta a sua partilha quando da extinção da mesma.

#### **Material e Métodos**

Foram coletadas informações de sites disponíveis na internet, utilizando-se métodos quanti-qualitativos para a presente pesquisa. Os bens adquiridos pelo casal, onerosamente na constância da união estável (convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família), devem ser partilhados na proporção de 50% para cada companheiro, quando da sua dissolução, de acordo com a legislação civil, mais especificamente, o artigo 1725, nos casos em que não houver contrato de convivência estabelecendo outro regime. Conforme o entendimento da Câmara dos Deputados em seu projeto de Lei 1345/23, deverá ser fixado o prazo de dois anos para uma pessoa pleitear o reconhecimento da dissolução de união estável, para fins patrimoniais, sob pena de prescrição. O período começa a ser contado após a dissolução do vínculo por vontade

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



de uma das partes.

### Resultados e Discussão

Observa-se que durante o processo de partilha na união estável é possível surgir questões relacionadas à guarda dos bens ou mesmo a utilização dos bens enquanto o processo está em andamento, mas é importante a definição de regras claras para evitar conflitos e garantir a preservação do patrimônio até que a partilha seja finalizada. Um exemplo são as partilhas envolvendo disputas sobre a avaliação de ativos intangíveis, como propriedades intelectuais, ou questões relacionadas a dissimulação de patrimônio. Os resultados refletem através do artigo 1.725 do Código Civil as necessidades de equidade, consideração das contribuições de cada parte e resolução de questões complexas para alcançar uma divisão justa. Ao garantir uma divisão justa dos recursos materiais acumulados durante o relacionamento, o sistema jurídico contribui para o respeito à dignidade e à autonomia dos indivíduos, bem como para a preservação da ordem social jurídica.

### Conclusão

Conclui-se que, o direito à partilha de bens nesse caso é um aspecto crucial do direito de família, buscando garantir uma divisão justa e equitativa dos recursos materiais acumulados durante o relacionamento. É evidente que a partilha de bens apresenta desafios específicos, uma vez que muitas vezes não há formalização contratual prévia ou regime de bens estabelecidos.

### Referências

Manual de Partilha de Bens - No Divórcio e na Dissolução da União Estável - 5a Edição 2024 - editorasaraiva. Disponível em: <<https://www.editoradodireito.com.br/manual-de-partilha-de-bens-na-separacao-no-divorcio-e-na-dissolucao-da-uniao-estavel/p>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IBDFAM: Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/9432/STJ%3A+Defini%C3%A7%C3%A3o+de+regime+de+bens+em+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+por+escritura+p%C3%BAblica+n%C3%A3o+retroage%3B+especialistas+comentam>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Código Civil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm)>.